

Fazer agroecologia é subversivo para os praticantes do agronegócio¹

Doing agroecology is subversive to agribusiness practitioners

DOI:10.34117/bjdv7n6-022

Recebimento dos originais: 01/05/2021

Aceitação para publicação: 01/06/2021

Ana Maria Motta Ribeiro²

Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
Universidade Federal Fluminense

Rua Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis S/N, Campus do Gragoatá, Niterói, RJ
E-mail: anamribeiro@outlook.com

Inês Beltrão Gama Vieira

Mestrado em Ciência da Computação
Universidade Federal Fluminense

Rua Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis S/N, Campus do Gragoatá, Niterói, RJ
E-mail: gamaines@id.uff.br

Cecília Werneck Rocha

Graduação em Geografia
Universidade Federal Fluminense

R. Passo da Pátria, 152-470, Campus da Praia Vermelha, Niterói - RJ
E-mail: ceciliawrocha@gmail.com

RESUMO

Inspirada nos fundamentos e conceitos da Agroecologia, este artigo buscou apresentar a experiência prática do tripé ensino-pesquisa-extensão através de uma disciplina da graduação do curso de Sociologia. A disciplina de Práticas Agroecológicas propiciou a integração de alunos de diversos outros cursos, associada ao projeto de extensão Mutirão de Agricultura Ecológica (M.Ã.E.) e produzindo pesquisa nas diversas áreas do conhecimento. Tendo como base de condução da disciplina uma metodologia baseada na autogestão dos alunos, na formação do conhecimento pluriversitário baseado no diálogo de saberes, na aplicação prática da agroecologia em espaços de convivência e na ampliação da compreensão sobre o lugar político e social que a agroecologia ocupa, um novo modelo de conhecimento dentro da universidade foi experimentado ante aos novos desafios impostos no cumprimento da sua função transformadora na sociedade. Este experimento propiciou a formação de alunos através da prática agroecológica articulada aos movimentos sociais organizados do campo, que lutam pela democratização da terra, pela produção de alimentos saudáveis e pela inclusão social de subalternizados, como

¹ Este artigo faz parte de um texto maior que foi inicialmente escrito para o Oitavo Seminário de Sociologia e Direito dentro da 24ª Semana de Extensão da Universidade Federal Fluminense (SEMEXT). Foi produzido pelo coletivo de alunos e professor do Projeto de Extensão M.Ã.E (Mutirão de Agricultura Ecológica-UFF) sob coordenação de Ana Maria Motta Ribeiro e como atividade do OBFF - Observatório Fundiário Fluminense. Para esta publicação, os autores aqui citados foram os que produziram uma atualização.

² Coordenadora do MÃE e Professora Associada do Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais e do Programa de Pós Graduação em sociologia e direito da Universidade Federal Fluminense (UFF)

também, fortaleceu o projeto de extensão com a entrada de novos membros, difundindo e ampliando o alcance da agroecologia como diálogo e respeito de saberes. É neste sentido que a agroecologia é vista como subversiva para os praticantes do agronegócio.

Palavras-chave: Agroecologia, Diálogo, Autogestão, Multidisciplinaridade, Movimentos Sociais

ABSTRACT

Inspired by the foundations and concepts of Agroecology, this article sought to present the practical experience of the tripod teaching-research-extension through an undergraduate course in Sociology. The subject of Agroecological Practices enabled the integration of students from various other courses, associated with the extension project Mutirão de Agricultura Ecológica (M.Ã.E.) and producing research in various areas of knowledge. Having as a basis for conducting the course a methodology based on student self-management, the formation of pluriversity knowledge based on the dialogue of knowledge, the practical application of agroecology in living spaces, and the broadening of the understanding of the political and social place that agroecology occupies, a new model of knowledge within the university was tried out in face of the new challenges imposed on the fulfillment of its transformative function in society. This experiment has provided the formation of students through agroecological practice articulated with organized social movements in the countryside, which fight for land democratization, for the production of healthy food, and for the social inclusion of the underprivileged. It has also strengthened the extension project with the entry of new members, spreading and expanding the reach of agroecology as dialogue and respect for knowledge. It is in this sense that agroecology is seen as subversive to agribusiness practitioners.

Keywords: Agroecology, Dialogue, Self-management, Multidisciplinarity, Social Movements

1 INTRODUÇÃO

O Mutirão de Agricultura Ecológica (M.Ã.E.) é um projeto de extensão que se reproduz há 13 anos, desde sua primeira versão aprovada na PROEX em 2007 e que objetiva promover e facilitar o diálogo de saberes e a interação entre comunidade e universidade. Para Santos (2004), a produção do conhecimento universitário expressa uma descontextualização em relação ao cotidiano das sociedades, traduzindo-se na irresponsabilidade dos investigadores ante os resultados da aplicação do conhecimento produzido. Neste contexto, deram-se mudanças e pressões de diversos atores que levaram grandes desafios às universidades, especialmente às públicas e de países periféricos e semi-periféricos, como o Brasil.

Esses novos desafios apontam para a urgência de um novo modelo de conhecimento, que seja coerente com o contexto social e suas possíveis aplicações. A partir disso, a universidade passa a se deparar com conhecimentos que exigem uma responsabilidade sobre a qual antes se isentava. A experiência de formação que o M.Ã.E.

desenvolve este ano, com a criação de uma disciplina autogestionada sobre práticas agroecológicas (assim como suas bases teóricas, métodos e seus desdobramentos), foi escolhida como tema deste artigo por pautar e agir de forma transformadora e ciente de suas funções sociais.

Este artigo foi apresentado no Oitavo Seminário de Sociologia e Direito da UFF, uma atividade acadêmica anual do PPGSD, que é desenvolvida sob a responsabilidade dos alunos de mestrado e doutorado com suporte de assessoria de algum professor credenciado.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O M.Ã.E., em 2019, desenvolveu uma disciplina com a metodologia de auto gestão comprometendo cada um dos participantes - incluindo a coordenação e o professor - em um compromisso conjunto e sem hierarquias, para a formação de um grupo de quadros sobre agroecologia, que englobasse a dimensão da reflexão teórica, da gestão coletiva e no aprendizado prático em agroecologia.

O planejamento de criação desta disciplina partiu de um acordo entre a coordenadora do M.Ã.E. com a secretaria do Departamento de Sociologia, ao qual a coordenadora é vinculada formalmente na UFF. A divulgação do código da disciplina no Sistema (IDUFF) aguardou a formação de uma turma interessada no tema, criada a partir de convites a alunos interessados feitos pelos alunos mais antigos do projeto, onde foi exposta a proposta da disciplina. Dois grupos foram criados: alunos com conhecimentos teóricos e práticos mínimos na agroecologia e os alunos interessados na formação dos mesmos, assim como na inclusão efetiva no Projeto M.Ã.E. Dessa maneira, se garantiria a continuidade do projeto, prosseguindo com as atividades principais dentro e fora da UFF, como também em espaços de atuação social em agroecologia ao lado de agricultores familiares, entre outros ambientes.

Assim nasceu a disciplina Tópicos Especiais em Sociologia: divulgação do código no sistema IDUFF para a inscrição de alunos da graduação de diferentes cursos (Ciências Sociais, Sociologia, Geografia, Engenharia Agrícola). Depois de discutir com cada candidato a inscrição na disciplina, esta foi composta prioritariamente por alunos escolhidos e comprometidos com a proposta de uma disciplina autogestionada para alicerçar as bases para a continuidade do Projeto de Extensão, tendo inclusive primazia na escolha antecipada do melhor horário para a sua realização.

Para a construção de um conhecimento multidisciplinar, o tripé ensino-pesquisa-extensão precisa ser fortalecido, integrado e orientado para a transformação social. Para isso, o projeto M.Ã.E. se inspira nos fundamentos e conceitos da Agroecologia, da Permacultura, das Sociologias rural e ambiental e da Pedagogia popular.

Na visão de Santos (2004), a Universidade - ao se especializar no conhecimento científico, adotando-o como único meio válido de se conhecer a realidade - contribuiu para o afastamento dos grupos sociais, que possuíam outras formas de conhecer e entender o mundo, e para a desqualificação de seus saberes. Dessa maneira, a ecologia de saberes, no contexto universitário, implica em uma “revolução epistemológica”, que promove o diálogo entre o conhecimento científico e os demais que permeiam a sociedade como o popular, o tradicional, o camponês, dentre outros.

Santos (2007), assim, enfatiza o papel do que denomina epistemologias do sul - outras formas de conhecer para além do conhecimento científico hegemônico - na construção de uma ecologia de saberes. Seguindo por esse pensamento, a teoria crítica e as epistemologias decoloniais se tornam indispensáveis para o M.Ã.E. e então, emergem outros autores como Paulo Freire (FREIRE, 1995), Carlos Walter Porto-Gonçalves (PORTO-GONÇALVES, 2006), Henri Acselrad (ACSELRAD, 2004), Enrique Leff (LEFF, 2002), Victor Toledo e Narciso Barrera-Bassols (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2009), entre outros.

Com base nesses referenciais teórico-metodológicos, o projeto de extensão e a disciplina elaborada por ele, em conjunto com a coordenadora Ana Maria Motta Ribeiro, se mobilizam como atores internos de transformação da universidade objetivando formas mais democráticas, participativas e emancipatórias de: produzir conhecimento; estruturar disciplinas; construção da relação professor-aluno; implementar alternativas em tempos de escassez de recursos; aprendizado orientado a problemas e a temas geradores de interesse do docente e de integração entre ensino, pesquisa e extensão.

Metodologias participativas, de construção conjunta do conhecimento e que proporcionam essa integração, foram portanto implementadas nas aulas. Nesse contexto, o “Caderno de Metodologias, Inspirações e Experimentações na Construção do Conhecimento Agroecológico” (BIAZOTI; ALMEIDA; TAVARES, 2017) - a principal referência para o estudo de metodologias - foi objeto de leituras coletivas em sala. Por meio deste material, foram trabalhadas metodologias como o Círculo de Cultura e o Rio do Tempo, além de habilidades como organização de eventos, recepção de pessoas e relatoria de atividades.

Para introduzir as definições de agronegócio como modelo hegemônico da agricultura no Brasil a ser criticado pelo uso abusivo de veneno e agrotóxicos na produção de alimento dentro dos marcos de uma possível Soberania Alimentar democraticamente aceitável e para então apoiar as assim chamadas formas de agricultura alternativas, foram realizadas leituras do livro “Dicionário de Educação do Campo” (CALDART *et al*, 2012). Em continuidade, o conceito de agroecologia foi estudado através do livro “Agroecologia: as bases científicas para uma agricultura sustentável”, de Miguel Altieri (ALTIERI, 2012). Em conjunto, a importância dos saberes e fazeres dos povos e comunidades tradicionais foi discutida.

Essas definições iniciais foram especialmente importantes para situar os alunos no contexto histórico em que surgem as agriculturas alternativas e o termo agroecologia. A partir de então, outros conceitos foram trabalhados, como o de Trofobiose, de Francis Chaboussou (CHABOUSSOU, 2006) e Solo vivo, de Ana Primavesi (PRIMAVESI, 2014).

Com as contribuições da sociologia rural desenvolvidas a partir da expertise da professora Ana Motta, foram tratados o contexto em que surge a Sociologia rural e a importância dos movimentos sociais nas lutas do campo e pela terra.

Outro importante referencial foi o projeto Nova Cartografia Social dos Povos da Amazônia (<http://novacartografiasocial.com.br>), que embasou a discussão sobre cartografia social, um importante instrumento na luta pelos direitos, pelo reconhecimento e proteção dos conhecimentos e das práticas das comunidades tradicionais.

Posteriormente, no próximo tópico, será abordada a metodologia de autogestão, que foi o pilar da implementação desses referenciais, metodologias e das atividades da disciplina sobre Práticas Agroecológicas.

3 RESULTADOS ALCANÇADOS

A criação da disciplina de Práticas Agroecológicas na Sociologia foi o ambiente experimental para validação do modelo de autogestão na condução de uma disciplina como uma forma alternativa de construção do conhecimento. Uma estrutura horizontal e flexível de gestão feita pelos alunos em contraponto ao modelo didático tradicional e vertical de condução de uma disciplina de graduação, onde o professor é o detentor do conhecimento e líder. A autogestão pelos alunos incluiu desde a concepção dos temas a serem abordados, planejamento e execução das aulas, aos mutirões de práticas no campo. Além disso, também havia o propósito de ser uma disciplina transversal academicamente,

congregando alunos de diversos cursos de graduação (sociologia, engenharia agrícola, nutrição, ciência ambiental, geografia), e de propagar o tema de estudo e prática da agroecologia na UFF e nas comunidades parceiras.

A contribuição teórica para a formação do conceito de autogestão, destaca-se em Lima (2011), como “Exercício coletivo do poder na concepção de gestão social, baseada na autonomia, empreendedorismo, associativismo e princípios sociais” e em Castanheira e Pereira (2008), quando define que a autogestão é uma “negação da burocracia e sua composição que artificialmente separa um grupo de comandantes de um grupo de comandados”. Na prática, o compartilhamento dos diversos saberes e a liderança necessária à atividade do momento foi a tônica das ações, vivenciando-se a teoria da dádiva expressa em Mauss : “Que força existe na coisa dada que faz que o donatário a retribua?” ou em “o que eles trocam não são exclusivamente bens e riquezas, bens móveis e imóveis ou coisas úteis economicamente. (...) Enfim, essas prestações e contra-prestações se estabelecem de uma forma sobretudo voluntária, (...) embora elas sejam no fundo rigorosamente obrigatórias (...)” (Mauss, 2003, p.188-191).

Dentre os múltiplos resultados obtidos, o mais evidente deles foi o fortalecimento do projeto: a regularização de encontros possibilitou a entrada de novos membros e a ampliação e problematização das discussões acerca do tema. Foram lembradas as conceituações e teorias básicas, assim como foi ressaltado o caráter político e social que a agroecologia carrega por ser um mecanismo de resistência social e luta. A troca de saberes ganhou mais força a partir do diálogo entre ciências, fomentando o caráter pluriversal essencial às práticas agroecológicas e produzindo um saber comum a partir dessa troca.

A criação da disciplina ajudou também no fortalecimento do espaço que o projeto ocupa no Campus da Praia Vermelha, chamado Espaço Sabiá, e para a retomada da horta, iniciada pelos primeiros membros em 2011, essencial para aproximação do grupo e para tomar contato com a prática agroecológica de fato. Ainda, sabendo que a premissa básica da agroecologia é a troca de saberes e que a saída da universidade é essencial para isso, o M.Ã.E. procurou articular saídas a campo, tanto em ambientes urbanos como rurais. Além disso, dada a conjuntura política atual, o coletivo esteve presente no evento UFF nas Praças, com a finalidade de divulgar os projetos de extensão e pesquisa que se desenvolvem dentro da universidade, seu histórico e planos futuros.

Em nome do fomento da articulação entre coletivos, o grupo participou do I Encontro de Agroecologia dos Campus da UFF, em Angra dos Reis/RJ, em que se buscou

criar laços e redes de fortalecimento entre os projetos dos campi da universidade. Pensando em ampliar as atividades dentro da universidade, o M.Ã.E. vem desenvolvendo o projeto LAV, Laboratório de Agroecologia Viva, que se propõe a ser um laboratório experimental e itinerante, trabalhando com parcerias dentro da própria universidade e assumindo um posto físico fixo de experimentos coletivos num local ainda a definir.

4 CONCLUSÕES

A experiência de autogestão na disciplina acadêmica de Práticas Agroecológicas demonstrou ser válida no diálogo dos saberes e na integração entre ensino, pesquisa e extensão. Na integração da disciplina com o projeto de extensão M.Ã.E, percebe-se uma ampliação do projeto com a inclusão de novos membros na disseminação da agroecologia na prática na Universidade Federal Fluminense, na associação com outras entidades e comunidades extrapolando-se para além da sala de aula e do campus de Niterói.

Como consideração final é importante ressaltar que a coordenação colegiada desenvolvida e experimentada, teve tensões, acertos e erros como se pode esperar deste tipo de experimento, mas conseguiu desenvolver uma nova forma de aprendizado e gestão pedagógica na dimensão coletiva dentro de uma universidade pública, ampliando a própria ideia de conhecimento, e ainda permitiu a formação ativa de novos profissionais que possam respeitar os demais saberes com eficiência e respeito pelas suas origens válidas e assim crescendo em conhecimento. E isto se deu exatamente por terem aprendido o sentido e a importância de ouvir a experiência de reprodução da vida, que pode não ser culta ou instruída, mas se forma como uma dimensão concreta do saber melhor fundamentado e dentro da melhor noção de ciência. Finalmente, colocou-se a relevância de uma parceria entre o pensar e o sentir, e deste modo incluiu-se o lugar do saber oriundo dos segmentos pretendidos e sem apagar as vozes da tradição por soberba acadêmica.

A realização desta disciplina propiciou uma experiência tensa, difícil e ao mesmo tempo extremamente prazerosa, aumentando ainda nossa produção acadêmica em todo sentido, qualidade e rigor.

Finalmente, pode-se afirmar que houve uma construção de fato, ao longo de dois semestres, de uma disciplina criativa, de uma Coordenação Colegiada - partilhada entre os "conhecedores e militantes mais assíduos, entre alunos e professores vinculados ou convidados"- respeitando-se as lideranças rotativas, a transparência das decisões e

valorização do trabalho em equipe, que favoreceu a experimentação da autogestão pelos alunos.

Destacando-se que pode-se concluir que experiências de autogestão não devem ser tomadas de forma homogênea ou uniforme (o que seria anti-humano), justo porque a base sempre será a diversidade de saberes, comportamentos, disponibilidades e interesses, mas que apenas dentro desse contexto pode-se colocar *in loco* as atitudes que priorizam o coletivo – sempre que possível e quando razoável – acima dos interesses individuais.

Entretanto, como são os indivíduos em suas escolhas libertárias a base do que se produz como resultado do coletivo na autogestão, é importante levar em conta que nem sempre podem ser nivelados como igualdade equivalente a participação de cada um - o que não significa que não se possa cobrar – mas que será pela diversidade de atuação real que se pode chegar a algum produto comum. Provavelmente, a escolha da forma autogestionária para a condução da disciplina mostrou a extraordinária possibilidade de construção de coisas em comum sem podar as dinâmicas, temporalidades, imersão ou comprometimento individuais. Isso não quer dizer que não valha a pena investigar métodos e dinâmicas, que possam favorecer o comprometimento dos participantes em um nível que busque a ideal “quase semelhança de investimento”, desde que não anule as diferenças individuais, sendo portanto, um ponto de atenção. Estudos futuros podem ser interessantes no sentido de uma busca de categorias e didáticas motivantes do trabalho comunitário e comum, que aumentem a autoria coletiva de produção e assim viabilizem mais solidamente este método alternativo de autogestão assumido por alunos e professores como um experimento de uma disciplina acadêmica em uma Universidade Pública.

A agroecologia de per si enfrenta e contradiz o modelo dominante de agricultura no Brasil centrado no agronegócio, que é estruturado na grande propriedade, que consolida um dos maiores modelos de concentração fundiária no mundo, que se utiliza do abuso da química para submeter a produção agrícola de alimentos e de *commodities*, criando formas de destruição da natureza e da reprodução civilizatória. Portanto, para uma formação científica direcionada para a agroecologia, não basta plantar com consciência, mas também formar academicamente cientistas em outras formas de agir, pensar e produzir conhecimento.

Apresentamos uma proposta da disciplina de “Práticas Agroecológicas” como um experimento autogestionário que se coadune com uma formação articulada aos movimentos sociais organizados do campo, centrados em pequenos espaços livres e que

lutam – ocupando, produzindo ou resistindo - diuturnamente pela democratização da terra, pela produção de alimentos saudáveis e pela inclusão social de subalternizados, além da garantia dos territórios de povos tradicionais no caminho da formação de novas formas de reprodução, até anti capitalísticas, de reprodução material e imaterial da vida .

É neste sentido que neste texto a agroecologia é vista como subversiva e libertária, além de aliada aos movimentos sociais.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. “**Justiça ambiental - ação coletiva e estratégias argumentativas**”. In: ____ et al. (Org.) *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ALTIERI, Miguel. “**Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**.” Ed. Agropecuária e Ed. ASPTA, 2012.

BARREIRA-BASSOLS, N.; TOLEDO, V.M.; **Memória Biocultural: a Importância Ecológica dos Saberes Tradicionais**. Barcelona, ICARIA Editorial, 2009.

BLAZOTI, André; ALMEIDA, Natália; TAVARES, Patrícia (Org.). “**Caderno de metodologias, inspirações e experimentações na construção do conhecimento agroecológico**.” [s.l]: Aba, 2017.

FREIRE, Paulo. “**Extensão ou Comunicação?**” Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

LIMA, J. C. “**Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho?**.” *Sociologias* [online]. 2010, vol.12, n.25, pp.158-198. Dec. 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222010000300007>>. Acesso em: 02/09/2019.

LEFF, Enrique. “**Agroecologia e Saber Ambiental**”. Porto Alegre, v. 3. n. 1. Jan/Mar: 2002

PORTO-GONÇALVES, CW. “**A nova des-ordem mundial**.” São Paulo: UNESP; 2006

RIBEIRO, Ana Maria Motta e AZEVEDO, Thais M. Lutterbach S. Azevedo - “**Sociedade humana: uma discussão sobre a importância da dimensão cultural e social como base do pensamento crítico e antropológico-jurídico**”, IN, Petro Nardella-Dellova (direção e organização) - *ANTROPOLOGIA JURÍDICA*. Uma Contribuição sob múltiplos olhares. Scortecci Editora, S.P., 2017 (PP. 74 - 96).

SANTOS, Boaventura de S. “**A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**.” São Paulo; Cortez, 2004.

SOSA, Braulio Machín et al. **Revolução Agroecológica: O Movimento de Camponês a Camponês da ANAP em Cuba**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 152 p.